

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

O presente projeto de pesquisa está sendo proposto à FAPERJ com o objetivo de obter bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado, com a proposta de realizar um estudo de caso sobre o benefício do Aluguel Social e sua implementação na cidade de Petrópolis após a tragédia sócio-ambiental ocorrida no Verão de 2022. A finalidade é identificar as dificuldades existentes no momento da implementação do benefício, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito. Tal pesquisa será desenvolvida no âmbito do GIPAC, grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Direito da UCP (Nota 4 na última avaliação da CAPES), que está consolidado, é produtivo e inclui pesquisadores de diferentes níveis de formação, incluindo bolsistas PIBIC, Mestrandos do PPGD/UCP, Pesquisadores Doutores, etc. O Benefício do Aluguel Social encontra previsão, sobretudo, na Lei Orgânica de Assistência Social e vem sendo pago a algumas vítimas da tragédia climática em foco. O objetivo da pesquisa é realizar um estudo de caso (Yin, 2001), voltando um olhar singular e específico para o Aluguel Social. Propõe-se dividir este objeto em unidades de análise e utilizar algumas técnicas de coleta de dados para compreender as dificuldades e obstáculos que os beneficiários e as instituições encarregadas experimentam no momento de implementá-lo. Para desenvolver o estudo do caso, as unidades de análise propostas inicialmente (mas que poderão ser modificadas e/ou alargadas no curso da pesquisa, se for o caso) são as seguintes: (1) relação entre benefícios requeridos, concedidos e negados; (2) fundamentação das decisões concessivas e denegatórias dos benefícios nos casos analisados; (3) entraves normativos/jurídicos; (4) entraves técnicos e burocráticos; (5) temporalidades (tempo de duração dos processos; tempo implantação e vigência dos benefícios; outros correlatos). As técnicas de coleta de dados que se pretende utilizar são as seguintes: (1) levantamento da literatura que existe a respeito do tema, no Brasil e no exterior (enfocando o benefício do aluguel social ou congêneres); (2) análise do arcabouço legislativo que regula a concessão e o pagamento desse benefício; (3) Análise de processos administrativos e/ou judiciais de solicitação do benefício. Nessa toada, o presente projeto de pesquisa tem aderência com o eixo norteador Justiça e Direitos Humanos, no contexto do Projeto Pedagógico Institucional da UCP – instituição sede da pesquisa – em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A tragédia climática aqui considerada é a derivada das fortes chuvas ocorridas na cidade de Petrópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro, em 15/02/2022, com novas ocorrências trágicas nas semanas que se seguiram. Conforme dados disponíveis no site do Município, em 3 horas a chuva de 258,6 milímetros causou deslizamentos de terra (6.019), soterrou casas, produziu enchentes por toda a cidade, 241 óbitos, 5,3 mil imóveis interditados e aproximadamente 1.972 famílias desabrigadas e um total de 7.264 ocorrências registradas pela defesa civil (Petrópolis, 2022). Essa tragédia teve consequências piores do que as ocorridas em 2011, 1988 e 1932 no município (CNN BRASIL, 2022). Providências foram e seguem sendo tomadas em resposta à tragédia nas mais diferentes frentes. Uma delas, de natureza assistencial, é o benefício do aluguel social, pago pelo poder público. Trata-se de uma medida emergencial de assistência social destinada às famílias que ficaram sem moradia que encontra amparo na Lei 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social. Pretende-se identificar, por meio do estudo de caso ora proposto, as dificuldades existentes no momento da implementação do benefício, que consistem em obstáculos à efetivação desse direito.

Justificativa para escolha do tema

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

O benefício em foco encontra previsão, sobretudo, na Lei Orgânica de Assistência Social e vem sendo pago a algumas vítimas da tragédia climática que atingiu Petrópolis no ano de 2022. O objetivo da pesquisa é realizar um estudo de caso (Yin, 2001), voltando um olhar singular e específico para o Aluguel Social e sua implementação em Petrópolis, para as vítimas da tragédia em foco. Propõe-se dividir este objeto em unidades de análise e utilizar algumas técnicas de coleta de dados para compreender as dificuldades e obstáculos que os beneficiários e as instituições encarregadas experimentam no momento de implementá-lo. Para desenvolver o estudo do caso, as unidades de análise propostas inicialmente (mas que poderão ser modificadas e/ou alargadas no curso da pesquisa, se for o caso) são as seguintes: (1) relação entre benefícios requeridos, concedidos e negados; (2) fundamentação das decisões concessivas e denegatórias dos benefícios nos casos analisados; (3) entraves normativos/jurídicos; (4) entraves técnicos e burocráticos; (5) temporalidades (tempo de duração dos processos; tempo implantação e vigência dos benefícios; outros correlatos). As técnicas de coleta de dados que se pretende utilizar são as seguintes: (1) levantamento da literatura que existe a respeito do tema, no Brasil e no exterior (enfocando o benefício do aluguel social ou congêneres); (2) análise do arcabouço legislativo que regula a concessão e o pagamento desse benefício; (3) Análise de processos administrativos e/ou judiciais de solicitação do benefício. No tocante à revisão de literatura, esta se dará de forma não exaustiva, buscando localizar e realizar a leitura e fichamentos de textos relevantes que venham a ser localizados sobre o tema. Essa busca se dará em bases de dados confiáveis como o Scielo e o banco de dissertações e teses da CAPES, dentre outros correlatos. Em uma investigação preliminar percebeu-se que há poucos textos escritos no Brasil sobre o tema (por exemplo, SANTOS et al, 2016), sendo raros os que enfoquem e/ou problematizem a implementação do aluguel social em cidades da região serrana fluminense, a despeito da grande e recorrente incidência de tragédias climáticas na região. Recentemente, em uma iniciativa que incluiu pesquisadores e professores da UCP, a EMERJ realizou um evento para discutir repercussões jurídicas da tragédia ocorrida em Petrópolis (<https://emerj.com.br/site/oticia/447>) e desse evento resultaram alguns artigos publicados na revista da EMERJ (conferir em <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2/revista_v24_n2>) tratando de temas conexos à tragédia, como a responsabilidade civil objetiva do ente em tragédias ambientais (COUTINHO, 2022) e uma discussão sobre meio ambiente e cidades resilientes (BECK, 2022). Nesse caso, a revisão de literatura não ficará restrita a textos publicados no Brasil, mas buscará identificar literatura estrangeira sobre políticas públicas e benefícios correlatos. Tal como o Social Rental Housing em países da União Européia, discutido em muitas pesquisas como, por exemplo, Czischke (2009), fazendo uma comparação entre políticas de locação social em alguns países do bloco. O IPEA (BALBIM/IPEA, 2015) também publicou um texto para discussão versando sobre iniciativas nacionais e internacionais sobre locação social, tendo como base um seminário internacional sobre locação social que incluiu análise de casos da França, Uruguai e Itália. Essas experiências podem ser confrontadas com o caso em análise, permitindo vislumbrar potencialidades e limitações. Guardadas as devidas proporções, em vista das diferenças culturais, normativas, temporais, dentre outras, essas leituras podem ajudar a pensar e problematizar o caso de Petrópolis escolhido para estudo, neste projeto. Já na análise da legislação buscaremos localizar e examinar os diplomas normativos de toda espécie que dispõem sobre o benefício do aluguel social, seja no plano federal, considerando a LOAS, seja nos planos estadual e municipal. Levantamento preliminar realizado para a confecção deste projeto de pesquisa já evidenciou algumas dificuldades na integração entre diplomas normativos distintos, não sendo raras as dúvidas referentes à sua implementação prática, por exemplo, no que toca o valor do benefício a ser pago a cada família atingida, até mesmo pela sobreposição de decretos que tratam da mesma matéria emanados de diferentes entes da federação, etc. Logo, essa análise terá como norte a busca pela compreensão das leis e demais diplomas normativos, mas também a compreensão e explicitação das suas lacunas, dúvidas, incompletudes, incoerências, a partir de uma visão crítica e reflexiva. Por fim, na análise de processos administrativos e judiciais pertinentes ao tema, é importante destacar, inicialmente, que os mesmos são de acesso público, garantido pela lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011), no tocante aos procedimentos administrativos pertinentes ao requerimento e concessão, ou indeferimento, do aluguel social, em Petrópolis, relacionados à tragédia de 2022. A proposta é examinar os registros desses procedimentos identificando temporalidades, a natureza e justificativas dos pedidos, as decisões de deferimento e indeferimento, a sua fundamentação e intercorrências relevantes. Essa análise pode ser categorizada como pesquisa documental, ultrapassando, porém, a idéia de textos escritos ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como, no dizer de Sá-Silva et al (2009), para incluir filmes, vídeos, fotografias, pôsteres, etc. Nesse sentido, vislumbra-se que a análise processual aqui proposta poderá incluir também avisos divulgados pelos entes públicos a respeito do tema e as suas páginas institucionais, dentre outras correlatas, de acordo com o interesse da pesquisa. Já em relação aos processos judiciais estes são, em regra, públicos, podendo ser acessados em sua íntegra no sistema do Processo Judicial Eletrônico dos Tribunais com competência para a apreciação da matéria. No caso dos processos judiciais, estes são ajuizados, em regra, quando um município tem o pedido indeferido e postula do Poder Judiciário uma decisão que obrigue o ente público responsável ao pagamento do benefício. Mas há também outras possibilidades. Alguns exemplos podem ser importantes para evidenciar a viabilidade da pesquisa. Em 24 de agosto de 2022 foi julgada pela 4ª Câmara Cível do TJERJ uma apelação em que se discutiu a limitação temporal do benefício do aluguel social, para uma munícipe que teve sua casa afetada por uma tragédia ambiental, análoga a esta ocorrida em Petrópolis, no ano de 2022. Autos de nr. 0007279-75.2013.8.19.0002, Relatora Desembargadora Maria Augusta Vaz. Disponível para consulta em <https://www4.tjrj.jus.br/ejud/ConsultaProcesso.aspx?N=2022.001.53545>). Nessa ação a discussão dizia respeito à possibilidade, ou não, de exigir do Município o pagamento do benefício por períodos extensos, quando outras políticas não são implementadas visando à realocação das vítimas de uma determinada tragédia ambiental. Outro exemplo, pensando em processos coletivos, é a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra o Município de Petrópolis, e que tramita na 4ª Vara Cível desse Município, tendo como escopo estruturar Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

Emergências, responsável por promover o acesso da população atingida por desastres a benefícios eventuais, assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança e articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas. Essa ação foi ajuizada em 2016 mas, na esteira da tragédia ocorrida em 2022, o pedido foi emendado para abranger as vítimas da tragédia considerada neste projeto. A expectativa é que o exame desses processos poderá revelar dificuldades, perplexidades, resistências, lacunas, enfim, obstáculos à efetivação do aluguel social, a partir do estudo de caso do Município de Petrópolis em 2022. O projeto irá mobilizar recursos humanos e materiais existentes e disponíveis no Programa de Pós-Graduação em Direito, onde o candidato atua e tem a estrutura necessária para desenvolver a pesquisa em boas condições. O PPGD/UCP tem sede própria situada no campus da Avenida Benjamin Constant, contando com salas de atendimento individuais para os professores, sala de aulas, sala da coordenação e secretaria, dentre outros. Na sala de aulas do PPGD existem Smart TV e 5 notebooks à disposição, com câmera para a realização de videoconferências, 2 gravadores, impressora multifuncional e outros itens necessários. Podendo também a equipe contar com toda a estrutura do campus, que inclui laboratórios, salas de aula, bibliotecas físicas e virtuais, e também o pacote Google para a educação, com ferramentas de videoconferência e outros que podem contribuir para o projeto.

Resultados Esperados

A pesquisa aqui proposta e seus resultados poderão contribuir para a formação de diagnósticos e a tomada de decisões sobre essa questão sócio jurídica tão relevante, certamente atual, e que implica, em última análise, na efetivação de direitos humanos. Para o proponente isso é significativo por estar vinculado a um PPGD (recomendado pela CAPES com conceito 4), o único da região Serrana Fluminense, que tem como área de concentração Justiça, Processo e Direitos Humanos. Durante o desenvolvimento do projeto a equipe estará envolvida não apenas na pesquisa propriamente dita mas também na produção de artigos, livros, capítulos e na apresentação de trabalhos em eventos, seja pelo coordenador do projeto, seja pelos demais participantes da equipe e/ou parceiros, também em coautoria. Outro aspecto relevante serão as atividades a serem desenvolvidas em escolas públicas do nível fundamental e médio sediadas em Petrópolis e região circunvizinha, de modo a atender todas as condições do edital. Para esse fim vamos nos valer dos contatos já existentes relacionados aos bolsistas Jovens Talentos da FAPERJ orientados pelo proponente, que são alunos de escolas públicas estaduais situadas na cidade de Petrópolis, e também ao Projeto Feira de Ciências (INCT/InEAC) de cuja equipe o proponente participa. Essas experiências anteriores em iniciação científica júnior serão exploradas para atingir esse resultado de aproximação com escolas públicas, previsto no edital da FAPERJ -JCNE. Será produzido material bibliográfico com o objetivo de ampliar a divulgação dos resultados da pesquisa, recurso físico ou eletrônico, a ser produzido coletivamente pelos integrantes do grupo e parceiros. Uma das possibilidades será a construção de uma cartilha voltada para a população do município, com roteiro e dicas práticas sobre o benefício do aluguel social. Será criada junto à página eletrônica da UCP (conferir em www.ucp.br) uma página específica para dar visibilidade ao projeto e contribuir com a população, no fornecimento de informações pertinentes a esse benefício e outros correlatos. Um exemplo que pode ser encontrado no site da UCP é o projeto Minuto do Direito, veiculado via rádio UCP/FM, também com o intuito de levar informações úteis para a população, sobre os seus direitos. Então o proponente já tem experiência nesse tipo de atividade e isso poderá contribuir para alcançar os resultados almejados. Como indicadores de desempenho, para permitir o acompanhamento e avaliação, pela FAPERJ, do trabalho a ser desenvolvido, propomos os seguintes: **INDICADORES DE DESEMPENHO:** •Participação em pelo menos um evento científico no Brasil, para cada um dos anos de execução do projeto – totalizando 3 eventos científicos. •Participação em pelo menos um evento internacional para apresentar resultados da pesquisa •Publicação de pelo menos dois artigos científicos pertinentes à temática versada no projeto em revistas científicas nacionais ou internacionais, focando no estrato A • Publicação de uma coletânea com artigos pertinentes ao tema, incluindo pesquisadores afetos à temática • Publicação de uma cartilha voltada para informar a população sobre o benefício em questão e seus congêneres e as formas de acessá-los. • Divulgação de informações sobre o projeto na página web da UCP •Realização de uma palestra ou dinâmica em turmas de ensino fundamental e médio de escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro, para cada ano de execução do projeto, de caráter científico/tecnológico, tocando no tema dos Benefícios Assistenciais, sob o olhar das ciências sociais; •Envolvimento de alunos bolsistas de IC e Jovens Talentos na execução do Projeto; •Envolvimento de alunos do Mestrado em Direito na execução do Projeto, com a defesa de dissertações pertinentes ao tema e pesquisa •Entrega do relatório final e prestação de contas do auxílio financeiro recebido no prazo concedido pela FAPERJ.

Orçamento detalhado e justificado

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
PROCESSO: E-26/ _____ / _____	
DATA: ____/____/____	FOLHA: _____
RUBRICA: _____	
ID FUNCIONAL: _____	

ARRUDA NETO, Pedro Thomé de. Direito das Políticas Públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2015. BALBIM, Renato – IPEA. Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política educacional. Texto para discussão 2134. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: < https://positorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5787/1/td_2134.pdf>. Acesso em 07 set. 2022. BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila. Política Habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. Cadernos CRH. N. 27 (71). Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200001>. BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. BECK, Zilda Januzzi Veloso. Meio Ambiente e Cidades Resilientes - Reflexões sobre o Desastre em Petrópolis no Ano de 2022. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 02 mai. 2022. BRASIL. Decreto 6.307/2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm>. Acesso em 02 mai. 2022. CARNEIRO, Cristiana. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. Psicologia USP. V. 29. N. 2. 314-321. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170151> CNN BRASIL. Petrópolis registrou a maior tempestade de sua história. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/acional/petropolis-registrou-a-maior-tempestade-de-sua-historia/>>. Acesso em: abril de 2022. COUTINHO, Pedro de Oliveira. A Responsabilidade Civil do Estado em Desastres Ambientais: Ensaio sobre a Construção da Responsabilidade Civil Objetiva da Administração Pública. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. CZISCHKE, Darinka. Managing Social Rental Housing in the EU: A Comparative Study. European Journal of Housing Policy. v. 9, 2009. Disponível em < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616710902920223?journalCode=reuj19>>. Acesso em 07 set. 2022. D'OTTAVIANO, Camila. Política Habitacional no Brasil e Programa de Locação Social Paulistano. In: BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila. Política Habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. Cadernos CRH. N. 27 (71). Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200001> ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista da EMERJ. v. 24. n.2, mai/ago, 2022. Disponível em < https://www.emerj.tjrj.jus.brevistaemerj_online/edicoesevista_v24_n2evista_v24_n2_sumario.html>. Acesso em 07 set. 2022. FILPO, Klever Paulo Leal. Mediação Judicial: discursos e práticas. MAUAD X/FAPERJ, 2016. FREITAS, Wesley; JABBOUR, Charbel. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <https://www.nelsonreyes.com.br/560-566-1-PB-2.pdf>. Acesso em 01 mai. 2022. LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 48: 101-110 DEZ. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jsocp/a/zpwwj63WjFbZYVksXgnXDSjz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01 mai. 2022. MARINHO, Taynah de Nazaré Argolo. CONDIÇÕES DE MORADIA E DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS EM AUXÍLIO ALUGUEL EM BELÉM-PA. Os efeitos do Projeto Orla e o (Não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova 17/02/2021 181 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central PETRÓPOLIS. Prefeitura de Petrópolis. Defesa Civil. Com mais de 7 mil registros de ocorrências, Defesa Civil atua nas vitórias de imóveis de pessoas que estão em abrigos. 2022. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/oticias/item/18897-com-mais-de-7-mil-registros-de-ocorr%C3%AAscias-defesa-civil-atua-nas-vitorias-de-im%C3%B3veis-de-pessoas-que-est%C3%A3o-em-abrigos>>. Acesso em: abril de 2022. SANTOS, Ângela Moulin et al. Direito à Moradia: um direito social em construção no Brasil – a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro. Revista Planejamento e Políticas Públicas. n. 46. jan/jun. 2016. Disponível em: < https://positorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6575/1/ppp_n46_direito_moradia.pdf>. Acesso em 07 set. 2022. SÁ-SILVA et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009 SOUZA, Mirely Brito Mota de. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ALUGUEL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS/RJ. 29/04/2019 161 f. Mestrado em POLÍTICAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO, Campos dos Goytacazes Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA NACIONAL VERTZMAN, J. S. Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos. In: A. M. Nicolaci-da-Costa, & D. R. Romão-Dias (Orgs.). Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins (pp. 67-92). Rio de Janeiro, RJ: Loyola, 2013. YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: RS, Bookman, 2005.

Especialidade 1
Direito
Especialidade 2
Assistência Social
Especialidade 3
Aluguel Social
Especialidade 4

